

PESQUISA EM ACERVOS LITERÁRIOS

Júlio Castañon Guimarães*

* Pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa, autor de *Territórios / conjunções: Poesia e prosa críticas de Murilo Mendes* (Imago, 1993).

Diversas circunstâncias envolvem as possibilidades de desenvolvimento de pesquisas, desde uma dimensão mais ampla de política para o setor até questões práticas do cotidiano, decorrentes naturalmente da anterior, como dificuldades de acesso a informações, de utilização de instrumentos, e assim por diante. Para os propósitos deste texto, isto é, a exposição de aspectos da pesquisa em acervos literários, a questão será desenvolvida a partir de certas situações concretas, examinadas no âmbito de algumas instituições da área e de alguns tipos de trabalhos.

A primeira referência quando se trata de acervo literário no Brasil deve ser à Biblioteca Nacional. Na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional se encontram mais de 600 mil manuscritos.¹ Esses manuscritos são documentos de natureza vária, ou seja, de natureza não exclusivamente literária, indo de documentos históricos a

documentos científicos. Além disso, não são documentos apenas brasileiros, havendo ainda documentos anteriores ao século XVI. No entanto, aí se encontram "arquivos inteiros e peças esparsas de autores como Álvares de Azevedo e Machado de Assis".² O mesmo texto observa que, "a partir da década de 1960, outras instituições públicas, como as universidades, passaram a dividir a destinação dos arquivos de escritores e políticos".³ Desse elemento e da informação dada logo a seguir ("A partir de princípios da década de 1990, foram retomados os esforços e reverteu-se a situação"⁴), depreende-se que houve um período em que ocorreu uma diminuição do afluxo de documentos para a instituição. É difícil estabelecer a correlação entre essa diminuição e o referido surgimento de outras instituições voltadas para a guarda de documentos. Não é clara a relação entre os propósitos da Biblioteca Nacional nessa área e o surgimento compensatório das outras

instituições, até porque essas outras instituições têm características muito diferentes. A Biblioteca Nacional se ocupa precipuamente da guarda e conservação, embora seu corpo funcional tenha, ao longo de sua história, desenvolvido trabalhos de pesquisa altamente relevantes a partir do acervo da instituição, muitos deles no campo da elaboração de instrumentos de referência (para se ter uma idéia basta percorrer os volumes de seus *Anais*).

As outras instituições que passaram a guardar documentação literária são muito recentes e têm, como já mencionado, aspectos muito diferentes, ligando-se mais estreitamente às questões inerentes ao trabalho de pesquisa.

O Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo foi criado em 1962, sendo que os acervos de escritores foram se incorporando à instituição a partir de então: o de Mário de Andrade em 1968, o de

¹ Cf. HERKENHOFF, Paulo. *Biblioteca Nacional. A história de uma coleção*. 2. ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1997, p. 109.

² HERKENHOFF, Paulo. *Biblioteca Nacional. A história de uma coleção*, p. 109.

³ HERKENHOFF, Paulo. *Biblioteca Nacional. A história de uma coleção*, p.109.

⁴ HERKENHOFF, Paulo. *Biblioteca Nacional. A história de uma coleção*, p. 109.

Guimarães Rosa em 1973, o de Graciliano em 1980 e 1994, e assim por diante. Em 1996, havia 27 acervos, com 250 mil documentos (além desses, há cerca de 110 mil volumes e 2 mil obras de arte)⁵. Entre os objetivos da instituição planejada por Sérgio Buarque de Holanda estavam:

1. *propiciar o desenvolvimento de trabalhos conjuntos de professores e pesquisadores que, espalhados por várias unidades da USP, estudavam, cada um em sua área, aspectos da cultura brasileira;*

2. *abrigar estudiosos que desenvolvessem pesquisas permanentes e de longa duração;*

3. *também preenchendo uma lacuna na Universidade, esse centro interdisciplinar deveria ser capaz de colher, preservar e organizar fontes primárias para os estudos brasileiros, colocando-as a serviço da pesquisa.*⁶

Fica clara aí a diretriz que estreita os vínculos entre documentação e pesquisa. E, no caso do IEB, a publicação relativamente recente de um guia, intitulado *Abc do IEB*, com o subtítulo "Guia Geral do Acervo", oferece um instrumento que possibilita uma boa visão da instituição, assim como, elementos orientadores sobre o que a instituição oferece aos interessados pelos documentos nela depositados. Assim, lê-se na introdução que o guia

destina-se a fornecer informações gerais sobre as fontes primárias armazenadas, processadas e colocadas à disposição da pesquisa no Instituto de Estudos Brasileiros da USP. Como instrumento de trabalho, dirige-se ao diálogo com



Manuscrito de Coelho Neto (AMLB - Fundação Casa de Rui Barbosa)

*pesquisadores de outros centros e da própria Instituição. Revelando, de forma integrada, a vastidão e a diversidade da documentação disponível, servirá também como referência para a análise do acervo e das políticas de seu tratamento e desenvolvimento.*⁷

Há dois aspectos de especial importância revelados pelo guia. Em primeiro lugar, trata-se de um documento que optou por "apresentar todas as fontes existentes no IEB, qualquer que seja seu estado de organização, e unir na mesma publi-

cação a diversidade de material dos três setores"⁸ – arquivo, biblioteca e coleção de artes visuais. Com isso, o guia aponta para uma realidade óbvia: a de que trabalhos de pesquisa nessa área frequentemente estabelecem inter-relações entre esses setores. Além disso, aponta uma orientação de trabalho que não desconhece essa realidade, antes, atenta a ela, afirma:

*Acervo e pesquisa são indissociáveis, devido à sua natureza especial. Importa tanto a análise do pensamento, da criação do titular, quanto cada fonte por ele armazenada. Assim, explorando o potencial de estudos gerado por essas fontes primárias, a pesquisa desvenda o conteúdo do acervo, ao mesmo tempo em que realiza uma catalogação acurada, pronta para o uso de novos estudiosos.*⁹

Há vantagens e desvantagens nesse tipo de trabalho. O próprio guia aponta para elas: "Esse processo de trabalho, existente desde os primeiros anos da

⁵ ABC do IEB: Guia geral do acervo. São Paulo: Editora da USP, 1997. p. 13-16

⁶ ABC do IEB: Guia geral do acervo, p. 13.

⁷ ABC do IEB: Guia geral do acervo, p. 7.

⁸ ABC do IEB: Guia geral do acervo, p. 8.

⁹ ABC do IEB: Guia geral do acervo, p. 8.

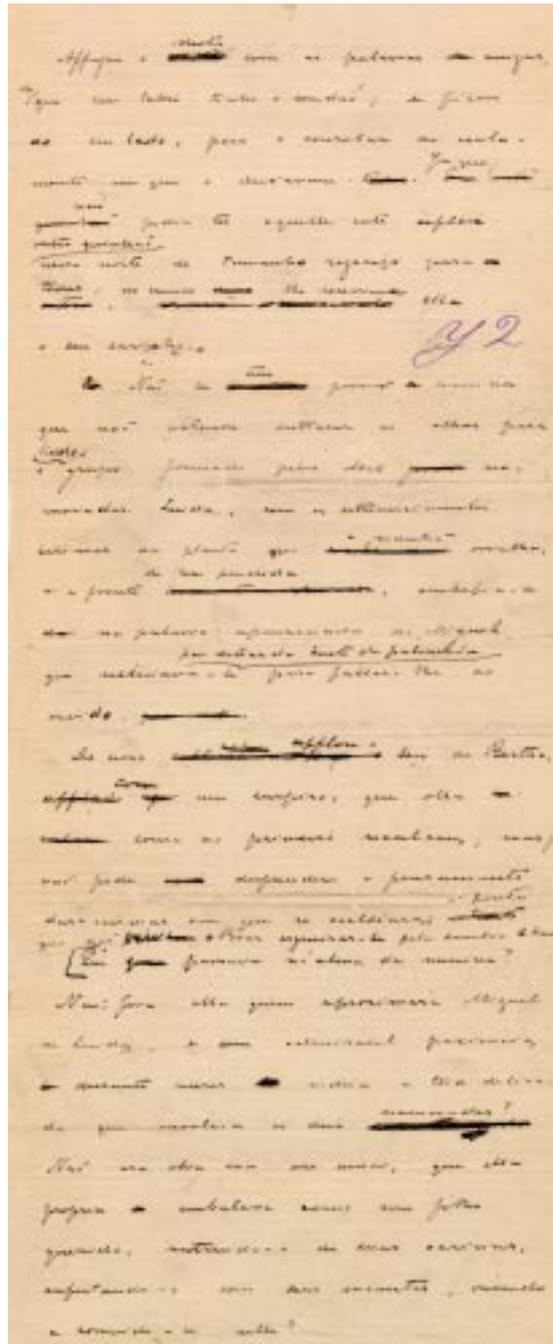
Instituição, acabou por privilegiar o estudo e a organização de alguns dos acervos pessoais, enquanto outros, por escassez de equipes técnicas e de pesquisa, permanecem em estado embrionário de organização e exploração".¹⁰ Em trabalhos de outro tipo, privilegia-se a organização desvinculada do estudo. Desse modo, a organização pode abranger maior número de documentos. São contribuições distintas, embora no primeiro caso a integração entre organização e pesquisa possa ser mais produtiva em termos de conhecimento, ao mesmo tempo que permite a superação de problemas às vezes enfrentados pela organização, à medida que esta desconhece outros planos do material com que está lidando.

O Guia refere ainda

*uma série de instrumentos de pesquisa referentes a vários acervos, incluindo catálogos mais gerais, estudos, informações, índices parciais e transcrições de documentos. Englobam, além dos impressos, os instrumentos acessíveis unicamente no IEB e informam sobre as novas possibilidades de acesso informatizado. A listagem, elaborada durante a etapa final de organização, é certamente incompleta.*¹¹

Esses instrumentos oferecem ao pesquisador diferentes níveis de informações sobre o acervo. De caráter em geral

mais detalhado e delimitado, complementam, assim, as informações mais abrangentes fornecidas pelos bancos de dados informatizados.



Manuscrito de José de Alencar (AMLB - Fundação Casa de Rui Barbosa)

No caso da Fundação Casa de Rui Barbosa, o acervo literário é de responsabilidade de seu Arquivo-Museu de Literatura Brasileira, que cuida de sua preservação. Ao lado do arquivo e de um Centro de Pesquisas (atuante nas áreas de língua e literatura, história e direito), a fundação engloba, na área de documentação, um arquivo histórico, uma biblioteca e laboratórios de restauro e microfilmagem. O Arquivo-Museu de Literatura Brasileira foi criado em 1972. Seu acervo vem se formando ao longo dos anos, com a anexação de arquivos de escritores doados por eles próprios ou por suas famílias. Assim, em 1974, dois anos apenas após sua criação, o arquivo tinha mil peças. Com mais um ano, em 1975, o acervo tinha dobrado, contando 2 mil peças. O arquivo passou, então, a crescer em grandes proporções. Inicialmente, havia a doação de documentos isolados ou de pequenos conjuntos; a partir de certo momento, passou a haver a doação de arquivos inteiros. Não se tem o número exato de documentos que hoje comporta, porque muitos dos arquivos doados ainda não foram organizados, mas avalia-se algo em torno de 60 mil documentos. O número total de arquivos (conjunto de documentos organicamente acumulados) chega a 70, enquanto o de coleções (documentos esparsos) chega a 23.¹²

¹⁰ ABC do IEB: Guia geral do acervo, p. 8.

¹¹ ABC do IEB: Guia geral do acervo, p. 8-9.

¹² VASCONCELOS, Eliane. Um sonho drummondiano. *Anais do 2º. Encontro Nacional de Acervos Literários.*

Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUC-RS, vol. 2, n. 2, 1966, p. 111-116.

Alguns dos arquivos de escritores depositados no Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa têm inventários publicados, o que oferece não somente informação sobre a localização de documentos, mas também possibilita o conhecimento de quais documentos compõem o arquivo. Já foram publicados inventários dos arquivos dos seguintes escritores: Thiers Martins Moreira, Augusto Meyer, Lúcio Cardoso, Clarice Lispector, Carlos Drummond de Andrade, Vinicius de Moraes, Pedro Nava. Um primeiro dado a ser observado em relação a esses arquivos e que aponta para diferenças pode ser de caráter quantitativo. Vejam-se os números de documentos constantes em cada um deles:

ARQUIVO	DOC.
Carlos Drummond de Andrade	12.282
Pedro Nava	6.110
Vinicius de Moraes	5.086
Lúcio Cardoso	2.490
Augusto Meyer	1.253
Thiers Martins Moreira	964
Manuel Bandeira	787
Clarice Lispector	697

Esses números mostram, em primeiro lugar, a massa de documentos que se podem acumular num arquivo com acervos literários. Além da óbvia diferença quantitativa possível de existir entre diferentes arquivos, indiciam alguns outros dados, que podem ir desde a menor ou maior produção deste ou daquele autor, até o simples fato de este ter preservado seus papéis e aquele, não. Ao lado desses números totais, outros números podem apontar para outras

características dos arquivos. Tomando-se duas séries – a correspondência pessoal e a produção intelectual do titular – é possível verificar diferenças importantes nos acervos.

Assim, no arquivo de Vinicius de Moraes o número de documentos da série correspondência pessoal e o da série produção intelectual do titular são próximos (1.578 e 1.485), enquanto no arquivo de Pedro Nava o número de documentos da série correspondência pessoal é muito maior que o da série produção intelectual do titular (3.301 e 1.485, respectivamente). A diferença no número de documento dessas séries encontra uma justificativa possível nos gêneros literários a que cada um desses autores se dedicava. No arquivo de Vinicius, há poemas, artigos (resultantes de intensa colaboração na imprensa), letras de música, enquanto no de Pedro Nava a atividade é menos diversificada e intensa, avultando cada um de seus longos volumes de memória.

O arquivo de Drummond é surpreendentemente mais volumoso que os dos outros – na verdade, trata-se de um arquivo que é o dobro, por exemplo, do de Pedro Nava. E dentro dele também é diferente a proporção entre os documentos da série produção intelectual do titular e correspondência pessoal. O número de dossiês da série correspondência pessoal no arquivo Drummond é de 1812, enquanto o da série produção intelectual é de apenas 38. Já no caso de Vinicius, os dossiês da primeira série chegam a 707 e os da segunda, a 355. No arquivo de Pedro Nava, os dossiês da primeira série chegam a 966 e os da segunda, a 82. Há aí indícios de que, para o pesquisador interessado exclusivamente na obra, os arquivos

de Pedro Nava e de Vinicius de Moraes podem oferecer mais material que o de Drummond.

Há ainda aspectos sobre os quais os números nada dizem ou até mesmo podem dar uma falsa sugestão. No caso do grande volume da série correspondência pessoal de Drummond, verifica-se que parcela considerável dessa correspondência é composta por trocas episódicas de correspondência. A par disso, verifica-se que boa parte da correspondência pode ser não mais que uma mera formalidade. Até mesmo nos casos de correspondências importantes, pelo menos pela importância dos interlocutores, como a de Drummond com João Cabral de Melo Neto, encontra-se, da parte de Drummond, uma atitude epistolar que quase se resume ao cuidado de uma resposta brevemente formal.

No entanto, em meio a todo esse volume de correspondências preservado no arquivo de Drummond, alguns conjuntos naturalmente se destacam: as correspondências com Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Abgar Renault, Ribeiro Couto. Algumas importantes, tanto pela sua matéria quanto pela extensão. Certamente há casos de pequenos conjuntos, até mesmo de correspondência esparsa, que constitui material de grande importância pela informação que fornece ou pelo elo que oferece para outros dados, e assim por diante.

Em relação aos inventários de arquivo, cabem duas observações. São resultado, naturalmente, de um tipo de exploração de fontes primárias, ou melhor, de um trabalho de organização que já envolve um conhecimento do material, para o que se torna muitas vezes necessário, também, um

trabalho de pesquisa para identificar nomes, datas, títulos, textos publicados de que os manuscritos sejam rascunhos, e assim por diante. Trata-se de trabalho minucioso e lento, cujo resultado não deixa supor as etapas intrincadas que o precedem. Os inventários dos arquivos são instrumento valioso de trabalho. Por outro lado, o caráter exaustivo e minucioso dos inventários e, em especial, as quantificações que oferecem e permitem não devem levar a que se esqueça de todo um universo que escapa a esse empenho de precisão.

Na apresentação do *Catálogo de Manuscritos do Arquivo Graciliano Ramos*, Zenir Campos Reis refere-se exatamente a esse outro aspecto:

Quem tem familiaridade com trabalho em arquivos conhece o que há de provisório nos resultados que, num momento determinado, se fixam em forma de índices. Com efeito, nenhum arquivo é completo, nenhum arranjo, definitivo. O acaso separa o que deveria estar junto e reúne o aparentemente dispar. O arquivista não pode nunca ser apenas técnico; tem de desconfiar do método, para recompô-lo num nível mais elevado. O que parece capricho pode servir a uma ordem não compreendida; o que parece supérfluo pode responder a uma necessidade ainda oculta.¹³

Por maior que seja o arquivo, por mais extenso que seja o material nele

preservado e por mais minucioso que seja o trabalho de sua organização e descrição, quem trabalha com arquivos, como os que aqui vêm sendo referidos, trabalha também com suas lacunas e com o fato de que não são isolados. Um dos materiais importantes que os arquivos fornecem refere-se às indicações para outros arquivos, às pistas para conexões possíveis. O caso das correspondências é um bom exemplo. Há casos em que um conjunto completo se forma na mesma coleção, como é o caso da correspondência entre Manuel Bandeira e Ribeiro Couto, escritores cujos arquivos estão na mesma instituição (AMLB da FCRB). Já as cartas de Mário de Andrade para Carlos Drummond de Andrade estão no arquivo de Drummond, no AMLB da FCRB, enquanto as de Drummond para Mário estão em São Paulo, no IEB da USP. O caso da correspondência entre Mário de Andrade e Manuel Bandeira constitui um bom exemplo de um aspecto dos mais problemáticos: as lacunas e os elos falhos entre diferentes arquivos. Veja-se o comentário do organizador da correspondência entre os dois escritores:

O destino dos manuscritos das cartas de Mário de Andrade a Manuel Bandeira, entretanto, permanece no terreno da especulação. As suposições abrangem inicialmente a pródiga bondade de Bandeira, que presenteara amigos com cartas de Mário. Confirmação disso são as missivas de 5 de janeiro de 1931 e aquela escrita

em 30 de dezembro de 1922 (data incorretamente de 1930), pertencentes a João Condé, por ele divulgadas nos 'Arquivos Implacáveis' nO Cruzeiro, em 19 de setembro de 1955 e 30 e março de 1957. Outra hipótese volta-se fantasiosamente para os ciúmes de alguma companheira do poeta, que teria queimado toda a correspondência dele. Muito mais provável é que grande parte dessa documentação esteja ainda segregada em algum arquivo pessoal ou de colecionador. Em vista desse impedimento, muito se deverá fazer para que se cumpra a recuperação integral dos textos em edição, decalcada em bases científicas.

Nossa edição pôde contar com as 14 cartas em manuscritos conservadas no Fundo Manuel Bandeira da Fundação Casa de Rui Barbosa [...]. O Inventário do Arquivo Manuel Bandeira (Rio de Janeiro: Ministério da Cultura / Fundação Casa de Rui Barbosa, 1989) informa que 'uma das cartas é documento reservado e só poderá ser aberta a consultas em 1995'. Esse manuscrito permanece lacrado.¹⁴

Com relação às cartas de Manuel Bandeira para Mário de Andrade, observa o organizador que "tiveram melhor sorte, pois foram conservadas em conjunto".¹⁵ Essa situação da preservação das cartas teve, naturalmente, conseqüências fundamentais para a sua edição. As cartas de Mário de Andrade para Manuel Bandeira tiveram uma primeira edição parcial

¹³ LIMA, Yédda Dias e REIS, Zenir Campos (Coord.). *Catálogo de manuscritos do Arquivo Graciliano Ramos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/IEB/USP, 1922 p. 11.

¹⁴ MORAES, Marcos Antônio. Afinidades eletivas. *Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira*. Organização, introdução e notas Marcos Antonio de Moraes. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, 2000. p. 30-31.

¹⁵ MORAES, Marcos Antônio. Afinidades eletivas. *Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira*, p. 31.

sob a responsabilidade do próprio Manuel Bandeira. A edição atual, ao mesmo tempo que aponta os problemas dessa edição, mostra que teve de se valer de seu testemunho, pois de cartas ali publicadas não foram localizados os manuscritos. Por outro lado, algumas cartas ali publicadas com cortes puderam agora ser apresentadas em sua integralidade, graças à existência do manuscrito.

Esses são apenas alguns aspectos que indicam como os documentos assumem outras relações, bem mais complexas, quando deixam o espaço de sua catalogação e entram no circuito de outras articulações. Os problemas mencionados podem também dar uma idéia de como podem ser extensos e demorados trabalhos desse tipo. No Instituto de Estudos Brasileiros, a edição da correspondência de Mário de Andrade constitui um extenso projeto que envolve vários pesquisadores e instituições. A partir do acervo do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa, foram ou estão sendo feitos alguns trabalhos que envolvem documentações amplas: a edição crítica do romance *Crônica da Casa Assassinada*, de Lúcio Cardoso;¹⁶ a edição da correspondência de João Cabral de Melo Neto com Manuel Bandeira e com Carlos Drummond de Andrade;¹⁷ a edição crítica de *Beira-Mar*, de Pedro Nava;¹⁸ a edição crítica da poesia de Carlos Drummond de Andrade;¹⁹ a edição da correspon-

dência entre Carlos Drummond de Andrade e Abgar Renault²⁰.

Os exemplos referidos são de trabalhos de edição, mas a estes se somam incontáveis estudos que se valeram de pesquisas nesses acervos. Os trabalhos de edição como os mencionados lidam com uma grande massa de material, que por sua vez, com frequência, solicita documentação complementar nem sempre de fácil acesso. Há dados circunstanciais que não constituem propriamente o trabalho estrito, mas interferem em sua realização – eventuais dificuldades de acesso ou reprodução da documentação, seu mau estado de conservação, e assim por diante.

Trabalhos desse tipo, em geral de maior extensão, são de longa duração. Num contexto em que a publicação regular (ou freqüente, ou constante) é um dos requisitos para a comprovação da efetiva atividade do pesquisador, esses trabalhos criam situações peculiares. O desenvolvimento de algumas edições críticas, por exemplo, pode levar anos, durante os quais nada desse trabalho existirá em condições de ser publicado. Certamente se pode supor que o pesquisador publique exposições parciais do estado do projeto ou mesmo artigos que tratem de questões conexas, analisadas a partir do desenvolvimento do trabalho. Pode-se supor também que nem sempre o andamento do trabalho poderá conviver com essa produção lateral. Além do mais, terminado o trabalho, a

publicação se transforma em outra etapa, que também pode ser demorada, pois em geral edições desse tipo não encontram facilidades editoriais. O próprio processo de edição se transforma em outra longa e trabalhosa etapa, de que o pesquisador não pode estar ausente, dadas as complexas peculiaridades da edição desse tipo de trabalho.

A proposta da coleção Archivos de publicar edições críticas de obras capitais da literatura latino-americana, acompanhadas de estudos e documentação referentes às obras, envolve uma estrutura básica para cada volume. Essa estrutura, resultante de um projeto concebido por um elenco de especialistas na área, ofereceu parâmetros importantes para edições, ao mesmo tempo que exigiu para sua realização a exploração exaustiva da documentação relativa aos volumes. No entanto, basta examinar alguns volumes da coleção para perceber que em cada um houve uma adaptação daquelas orientações gerais para que o trabalho específico daquele livro pudesse ser desenvolvido. Essa adaptação ocorreu em função das características de cada documentação, de modo que o conjunto do projeto acrescentou a seus parâmetros os procedimentos desenvolvidos no preparo de cada livro.²¹

Essa é uma situação palpável que permite verificar como projetos desse tipo oferecem contribuições para sua área

¹⁶ CARDOSO, Lúcio. *Crônica da casa assassinada*. Coord. Mario Carelli. Edição crítica preparada por Júlio Castañon Guimarães. Madrid: Archivos, 1991.

¹⁷ Edição preparada por Flora Sússekind. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/ Fundação Casa de Rui Barbosa, 2001.

¹⁸ Edição preparada por Melânia Aguiar a ser publicada, em volume coordenado por Eneida Maria de Sousa, pela Coleção Archivos.

¹⁹ Edição preparada por Júlio Castañon Guimarães a ser publicada, em volume coordenado por Silviano Santiago, pela Coleção Archivos.

²⁰ Edição em preparo por Reinaldo Marques.

²¹ Sobre a Coleção Archivos, pode-se ver *Vida, obra y herencia de Miguel Ángel Asturias* (vários autores). Paris. Allca-Unesco, 1999, e SEGALA, Amos (Org.).

Littérature latino-américaine et des Caraïbes du XIème siècle. Théorie et pratique de l'édition critique. Roma: Bulzoni, 1988.

que nem sempre ficam claras em exposições parciais; seu papel só se torna visível ao final do trabalho (o que obviamente não é peculiaridade desse tipo de pesquisa); algumas vezes, porém, o avanço de certos trabalhos impulsionam outros subseqüentes, nos quais ficam mais claros ou mais concretos. Com frequência, cada edição exige tratamento próprio para problemas que lhe são peculiares. Pode-se, assim, desenvolver novos procedimentos para as diferentes etapas do trabalho. Várias edições publicadas atentam para essa questão em seus textos explicativos, em geral sem deixar de afirmar sua dívida para com trabalhos anteriores.

No caso especificamente brasileiro, a publicação, em fins da década de 1960 e inícios da década seguinte, da edição crítica da obra de Machado de Assis, a cargo da Comissão Machado de Assis, foi de grande valia na sistematização de critérios para o preparo de edições críticas. Essa sistematização foi desenvolvida e formulada por Antônio Houaiss na introdução crítico-filológica à edição de *Memórias póstumas de Brás Cubas*.²² Embora tais critérios tivessem como alvo, de modo fundamental, textos do século XIX e começos do século XX, serviram de base para a adoção de critérios mais condizentes com textos que não se integravam inteiramente ao universo contemplado pelas propostas da comissão.

No caso, por exemplo, das *Memórias de um Sargento de Milícias*, fica bem clara a filiação direta ao trabalho da

comissão em todos os critérios adotados pela responsável pela edição. Isso se confirma por várias referências, como ao se especificar: "Nesta edição crítica foi adotado o conceito de redação estabelecido pela comissão Machado de Assis na Introdução às *Memórias Póstumas de Brás Cubas*."²³

No caso da edição de *Os Sertões*, preparada por Walnice Nogueira Galvão, embora também fique clara a filiação aos procedimentos estabelecidos pela comissão Machado de Assis, observa-se maior liberdade no trato com os problemas oferecidos pelo texto. Para essa desenvoltura contribuiu, sem dúvida, o influxo de procedimentos oriundos de diferentes trabalhos publicados nesse meio tempo. A própria responsável pela edição de *Os Sertões* refere a série de edições de que o seu trabalho é devedor, não sem antes explicitar a dívida maior para com a Comissão Machado de Assis.²⁴

Já a edição de *Macunaíma*, preparada por Telê Ancona Lopez, apresenta uma situação especial. Na verdade, houve duas diferentes edições críticas de *Macunaíma* de responsabilidade da mesma editora crítica. Em texto na segunda dessas edições, Telê Ancona Lopez expõe as razões pelas quais introduziu modificações em seu trabalho. A exposição dessas razões e a discussão das situações que as justificam introduzem uma nova perspectiva na elaboração de edições críticas de autores contemporâneos, pois dizem respeito tanto à escolha do texto-base quanto à

posição a ser assumida em relação a este, abrindo a possibilidade de não se ater estritamente a ele com base no exame das situações que se verificaram no caso das edições de obras de Mário de Andrade:

*Como fica a obediência à vontade do autor no último texto publicado em vida, ou em outro que não depende exclusivamente do manuscrito? Dificilmente um escritor, uma editora, uma gráfica guardam provas corrigidas. Os testemunhos em entrevistas, até em cartas, são impotentes, no mais das vezes, para avaliar ou detalhar questões de revisão. Deste modo, no processo de colação, em uma edição crítica, é preciso considerar a vontade como um reflexo das relações autor/escritor. É preciso compreender que a fixação de um texto não as pode excluir. O autor age comprovadamente sobre seu texto; o escritor, completando-o, associa-se à cadeia de produção e divulgação da obra, onde não é ele apenas que resolve. Composição tipográfica, revisão de provas, 'saltos' e interferências injustificadas fazem do livro, algumas vezes, uma realidade bem diversa do texto do autor.*²⁵

Quando nessa linha de trabalho as questões alcançam dimensões teóricas, torna-se pertinente indagar sobre a relação entre os acervos literários (e dos trabalhos possíveis com esses acervos) e o andamento dos estudos literários.²⁶ Em outros termos, pode-se perguntar em que medida se inter-

²² ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Edição crítica de Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: INL, 1960.

²³ MARINHO, Teresinha. Introdução crítico-filológica. In: ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. Rio de Janeiro: INL, 1969, p. 53.

²⁴ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Edição crítica de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 14.

²⁵ LOPEZ, Telê Ancona. *Vontade/Variante. Macunaíma*. Edição crítica de Telê Ancona Lopez. Paris: Alca; Brasília: CNPq, 1988, p. XLIX.

²⁶ Uma exposição dessa questão se encontra em CURY, Maria Zilda Ferreira. Acervos: gênese de uma nova crítica. In: MIRANDA, Wander Melo (Org.). *A trama do arquivo*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1995.

relacionam o incremento da atenção a esse tipo de material e várias linhas recentes de estudos literários. Não é difícil verificar que anos atrás o trabalho com esse tipo de material não chegava a ter implicações de maior porte nos estudos literários. Uma edição crítica merecia quase exclusivamente a atenção dos filólogos. Seu interesse para outro tipo de público consistia quase sempre no fato de que se estaria passando a dispor de um texto de melhor qualidade, livre de deturpações, enfim, um texto fiel, fidedigno. Mesmo outros tipos de trabalhos com material arquivístico tinham como objetivo a obtenção de dados de ordem factual.

O crescimento do interesse pelos acervos se faz em consonância com algumas novas orientações, tanto de organização dos próprios acervos quanto dos estudos literários. Talvez haja um impulso recíproco no sentido de que a ampliação dos acervos literários públicos favoreça certa linha de trabalho, assim como o interesse por certo tipo de material vem incentivando os esforços de preservação.

Desse modo, a atenção cada vez maior que certa área dos estudos literários passa a dar às produções situadas fora dos cânones estabelecidos tem repercussão no interesse crescente pelo material arquivístico. Isso porque se passa a trabalhar com elementos que antes não mereciam a atenção, que se voltava exclusivamente para a obra, ou seja, para elementos como anotações e rascunhos. O mesmo se verifica quando gêneros como a correspon-

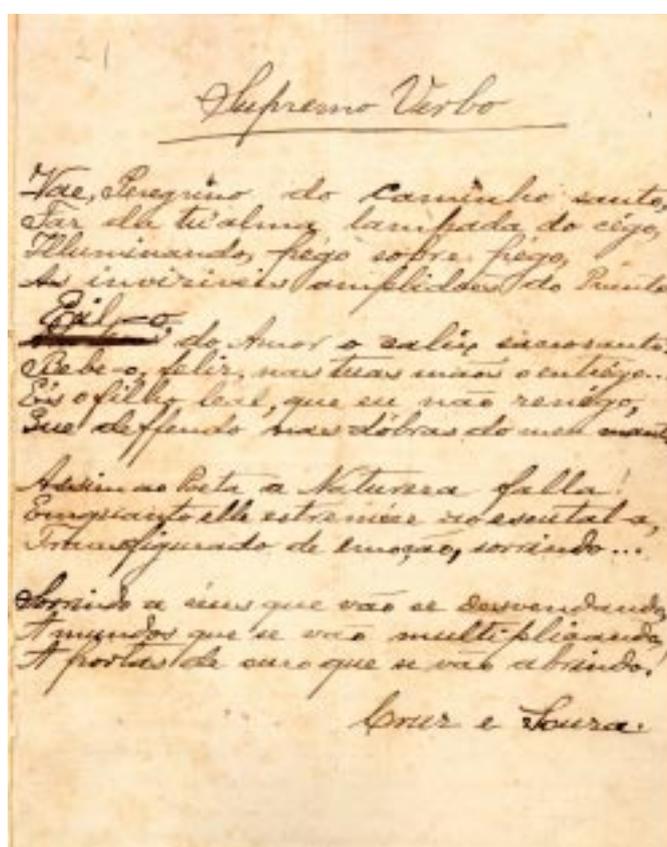
dência também passam a ser objeto privilegiado de estudo.

Mas talvez seja o desenvolvimento de uma nova linha de estudo, a crítica genética, que traga mais fortes modificações de enfoque no tocante ao material arquivístico. Ao contrário da crítica textual, cujo objetivo era o estabelecimento de um texto autêntico, definitivo, a crítica genética abandona esse projeto de autoridade e se interessa pela compreensão dos processos de produção do texto. Em suma, não lhe interessa a obra acabada, mas a obra em andamento, em todas as suas diferentes etapas, em todas as suas corporificações textuais. Acresce – e este é ponto fundamental na questão da crítica genética – que esta, ao contrário da crítica textual, não tem como objetivo apenas a edição de texto. Pelo contrário, as edições ditas genéticas enfrentam numerosos problemas, tanto metodológicos quanto de ordem prática, em termos de sua concretização. Assim, a maior parte dos trabalhos genéticos constitui-se de estudos dos dossiês genéticos, que em sua maioria são dossiês de obras literárias. Estão em jogo, então, o inacabado, o fragmentário, o rasurado, o rejeitado, o resto. A obra literária é uma parte desse conjunto. Se a crítica genética não está precipuamente voltada para o texto da obra, ao estudar o processo de escrita no dossiê subsistente passa inevitavelmente por esse texto.²⁷

Do trabalho de ordenação e catalogação (ao qual podem somar-se outras etapas técnicas como higieniza-

ção e restauro dos documentos), passando pela publicação de instrumentos como índices e inventários, chega-se ao espaço inesgotável da exploração dos acervos. Como resultados mais palpáveis dessa exploração, encontram-se publicações, como as edições críticas, mas, indo além, encontram-se os avanços metodológicos e as reformulações teóricas. Assim, a constituição dos acervos literários públicos não vem a ser apenas a preservação de uma memória, mas a implantação da possibilidade de um conjunto de atividades fundamentais para os avanços de toda uma área de conhecimento.

²⁷ Consulte-se, a propósito da crítica genética, GRÉSIL-LON, Almuth. *Devagar: obras*. Rio de Janeiro: FCRB, 1999.



Manuscrito de Cruz e Souza (AMLB - Fundação Casa de Rui Barbosa)